



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXX

FLORIANÓPOLIS, 31 DE AGOSTO DE 2021

NÚMERO 7.925

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Nilso Berlanda
1º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Alba
1º SECRETÁRIO

Rodrigo Minotto
2º SECRETÁRIO

Padre Pedro Baldissera
3º SECRETÁRIO

Laércio Schuster
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: José Milton Scheffer
Vice-Líder:

BLOCO PARLAMENTAR MDB/NOVO

Lideranças dos Partidos
MDB NOVO
Valdir Cobalchini Bruno Souza

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO PSD/PSC

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos:
PSD PSC
Ismael dos Santos Jair Miotto

BLOCO PARLAMENTAR PP/PSB

Líder: João Amin
Lideranças dos Partidos:
PP PSB
Silvio Dreveck Nazareno Martins

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO REPUBLICANO PDT/PSDB/PR

Líder: Marcos Vieira
Lideranças dos Partidos:
PDT PSDB
Dr. Vicente Caropreso
PR
Sérgio Motta

PARTIDO DOS TRABALHADORES PT

Líder: Fabiano da Luz

PARTIDO SOCIAL LIBERAL PSL

Líder: Ana Campagnolo

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Ivan Natz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Milton Hobus - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Ana Campagnolo
Fabiano da Luz
Paulinha
José Milton Scheffer
João Amin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Jair Miotto
João Amin

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jerry Comper
Romildo Titon
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Milton Hobus

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Volnei Weber
Neodi Saretta
Dirce Heiderscheidt
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Volnei Weber - Presidente
Sargento Lima - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Marcius Machado
Fabiano da Luz
Paulinha
Julio Garcia
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Marcius Machado
Luciane Carminatti
Marlene Fengler

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Ada De Luca
Sargento Lima
Dr. Vicente Caropreso
Fabiano da Luz
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Jerry Comper
Bruno Souza
Sargento Lima
Jessé Lopes
Marlene Fengler
Julio Garcia
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Volnei Weber
Coronel Mocellin
Neodi Saretta
Marcos Vieira
Marlene Fengler

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Ada De Luca - Vice-Presidente
Bruno Souza
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
João Amin

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Natz - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Fabiano da Luz
Paulinha
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso
Julio Garcia
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Sérgio Motta - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Romildo Titon
Felipe Estevão
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jerry Comper - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Fabiano da Luz
Sérgio Motta
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coronel Mocellin - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Ada De Luca
Bruno Souza
Fabiano da Luz
Milton Hobus

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ana Campagnolo
Fernando Krelling
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Paulinha - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Romildo Titon
Bruno Souza
Marcius Machado
Julio Garcia

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ada De Luca
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Jair Miotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Marlene Fengler - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Felipe Estevão
Neodi Saretta
Jair Miotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Luciane Carminatti
Sérgio Motta
Jair Miotto

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Romildo Titon - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Neodi Saretta
Marlene Fengler
Silvio Dreveck

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p align="center">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p align="center">EXPEDIENTE</p> <hr/> <p align="center">  </p> <p align="center"> Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br </p> <p align="center"> IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS </p>	<p align="center">ÍNDICE</p> <p>ATAS..... 2</p> <p>ATA DE PLENÁRIO2</p> <p>ATOS INTERNOS 12</p> <p>PORTARIAS 12</p> <p>REDAÇÕES FINAIS . 13</p> <p>REDAÇÕES FINAIS..... 13</p>
---	--	--

A T A S

ATA DE PLENÁRIO

ATA DA 079ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2021 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. Deputados: Ada Faraco De Luca – Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin – Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz – Felipe Estevão – Fernando Krelling - Ismael dos Santos – Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper – Jessé Lopes - João Amin – José Milton Scheffer – Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti – Marcius Machado - Marcos Vieira – Marlene Fengler – Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal – Milton Hobus – Moacir Sopelsa - Nazareno Martins – Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Alba – Rodrigo Minotto - Romildo Titon – Sargento Lima - Sergio Motta – Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Mauro de Nadal

Deputado Nilso Berlanda

DEPUTADO NILSO BERLANDA(Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) – Comenta que recebeu denúncia sobre estupro de vulnerável atuando em uma escola estadual de Santa Catarina e acrescenta que o professor, atualmente em regime semiaberto, ficou afastado por um ano e meio de suas funções, recebendo um terço do seu salário. Registra que fez perguntas sobre o caso ao Governo do Estado por meio de pedidos de informação e ficou surpreso com as respostas, pois foi informado que a Secretaria da Educação não sabia da condenação.

Informa que o professor continua exercendo sua profissão normalmente, lamentando pelos pais que têm os filhos sendo educados por profissionais com esse perfil. Anuncia que protocolou dois projetos de lei com a intenção de coibir a atuação de estupradores em qualquer ambiente público. O primeiro com o objetivo de vetar a ocupação de cargos públicos por pessoas condenadas por estupro, e o segundo pretende criar um cadastro estadual para a prevenção de crimes sexuais. *[Taquiografia: Roberto]*

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) – Discorre sobre a nota de alerta emitida recentemente pela Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina quanto à circulação da variante Delta. Diz que quando se pensava que a disseminação da Covid-19 estivesse diminuindo, surgiu no mundo uma variante muito mais transmissível que a do vírus original.

Cita que os serviços de saúde precisam estar prontos para receber pacientes, adquirindo kits intubação, fazendo o treinamento de pessoas e mantendo material à disposição das UTIs. Informa que, nos países com grande parte da população vacinada, a variante Delta tem sido associada a praticamente todos os casos de coronavírus. Chama atenção da população para a permanência das medidas protetivas sanitárias e acrescenta que não é momento de relaxar quanto ao cumprimento dos protocolos de saúde. *[Taquiografia: Roberto]*

DEPUTADA MARLENE FENGLER (Oradora) – Fala sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha. Destaca que, entre tantas questões avaliadas e discutidas, uma tem sido recorrente, a violência contra as mulheres. Lembra os avanços e os desafios a serem vencidos ainda. Considera alguns aspectos históricos e culturais, ao falar sobre o direito das mulheres, dizendo que o reconhecimento das mulheres como pessoa de direitos é conquista relativamente recente. Cita o Estatuto da Mulher Casada, de 1962, o qual tornou as mulheres absolutamente capazes a exercer atos da vida civil. Destaca que a legislação avançou muito, mas as mulheres ainda vivem em uma sociedade machista e patriarcal.

Apresenta estudo realizado pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, mostrando que, entre 2016 e 2019, ocorreram no Estado 206 feminicídios e 52.400 registros oficiais de violência contra a mulher. Em 2020 já foram registrados 26.470 casos de violência doméstica e 57 mulheres foram mortas. Ressalta que esses altos índices colocam o Estado entre aqueles com maior taxa de feminicídio no Brasil durante a pandemia.

Constata que são muitas as carências, como estruturas de atendimento precárias, gerando falta de confiança no sistema e desencorajando muitas mulheres de denunciarem os seus agressores, pois têm medo de não ter garantia de proteção, não tendo para onde ir e nem como se manter. Neste sentido, defende políticas de ação de proteção e de inclusão de mulheres no mercado de trabalho, e destaca duas importantes vitórias da bancada feminina da Casa neste ano, a instalação do Observatório da Violência Contra a Mulher e a implantação da Procuradoria Especial da Mulher. Discorre sobre as vitórias e lembra que as informações são essenciais para políticas públicas, trazendo autonomia e espaço para as mulheres procurarem orientação e acompanhamento.

Discorre sobre os recursos estaduais que foram destinados à BR-470 e lembra que o que deve prevalecer é o bem-estar da população e a segurança dos cidadãos. Comemora o entendimento e a garantia de que os recursos serão usados das três estradas federais: 470, 283 e 280, dizendo que este é um investimento que retornará ao Estado, com o incremento da arrecadação.

Registra sua alegria com o retorno do Deputado Ismael dos Santos aos trabalhos da Alesc, agora já recuperado do seu problema de saúde.

Deputado Ismael dos santos (Aparteante) – Agradece a saudação, e ratifica os aplausos ao Governo do Estado e a esta Casa pelas negociações relacionadas aos recursos da BRs-470, 161 e 280, considerando o ganho para Santa Catarina. Complementa a fala da Deputada sobre os 15 anos da Lei Maria da Penha, cumprimentando-a, e solicitando apoio, fala sobre o seu projeto que reserva 5% das vagas das vagas das contratações terceirizadas em todos os Poderes para mulheres vítimas de violência. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) – Discorre sobre a sua Proposta de Emenda Constitucional, cuja admissibilidade será apreciada em Plenário na presente data. Diz que a proposição é sobre os municípios que forem atingidos por catástrofes naturais, sendo que nos municípios que tiverem o decreto de situação de emergência ou de calamidade pública assinado pelo prefeito e homologado pela Defesa Civil do Estado, que as emendas impositivas de cada Deputado sejam de execução imediata naquele município, facilitando e agilizando a reconstrução dos mesmos.

Comenta sobre a dificuldade atual em se liberar as emendas para tal situação de calamidade. Reforça que as intempéries climáticas são constantes em Santa Catarina e essa PEC é de grande relevância para todos os municípios catarinenses. Pede apoio aos Deputados para este importante projeto, esperando que todos sejam beneficiados pelo mesmo. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) – Tece comentários sobre o alto preço dos combustíveis nos Estados brasileiros, conforme índice de 40% de aumento no preço do litro da gasolina para R\$ 6,00. Contudo, se ouve sobre o pagamento antecipado de R\$ 31.6 bilhões aos acionistas, relativo ao exercício de 2021, portanto é a população trabalhadora é quem paga caro no Estado e no País.

Diz também que o aumento dos combustíveis repercute no preço das mercadorias, conseqüentemente, elevando o custo de vida e estrangulando o orçamento familiar do trabalhador, que sofre de fome, desemprego e cortes de salários. Reforça o assunto, dizendo que o Brasil destaca recordes em desemprego, crescimento do subemprego, renda baixa, preços elevados da alimentação, produção mais cara por conta do aumento de preços de energia e combustível, e a população vivendo momentos dramáticos pela fome. Alerta que são 15 milhões de desempregados e outros 34 milhões de trabalhadores que desistiram de procurar emprego.

Fala que o Presidente da República ignora a fome e a pobreza, além de cortar verbas, vetando projetos de iniciativa do Congresso Nacional. Coloca, ainda, que no Orçamento de 2021 houve cortes, exemplificando o Plano Safra, com previsão de 10.3 bilhões, recebeu o corte de 26%. Destaca que o maior corte ocorreu no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf.

Historicamente, comenta que o Brasil já viveu grandes momentos no combate à pobreza, à miséria, nos Governos dos ex-Presidentes Lula e Dilma, mas infelizmente no atual Governo de Jair Bolsonaro grande parte da população do Brasil passa fome, mesmo tendo um espaço maravilhoso para a produção de alimentos. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: MDB

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Orador) – Cumprimenta o Deputado Padre Pedro pelo pronunciamento, e sobre o atual momento, questiona se mais alguém percebe questões como a inflação, que dizem estar abaixo de 3%, pois o combustível e o gás de cozinha subiram mais de 50%. Comenta que os itens da cesta básica aumentaram, mas o poder de compra não. Informa que o custo dos insumos para produção em lavouras aumentou, questionando o quanto isso irá impactar no valor dos produtos, e cita outros setores que tiveram elevação dos preços.

Indaga como as pessoas assalariadas vão se alimentar, lembrando os altos preços das carnes. Ressalta que é necessário que o Presidente olhe para essa situação, caso contrário, mais pessoas passarão fome. Diz que não tem dúvida de que o Governo pode ajudar a resolver esse problema, administrando situações e dando segurança à vida das pessoas, com trabalho e alimentação.

Ressalta o esforço dos Governos estaduais e municipais que estão sentindo dificuldade de manter os trabalhos, principalmente de infraestrutura, porque o custo triplicou, mas as receitas não. Enfatiza que há, também, um descompasso entre aquele que produz e aquele que consome, cujos salários perderam o poder aquisitivo.

Cumprimenta o Deputado Ismael dos Santos, desejando que sinta-se bem-vindo aos trabalhos depois do seu problema de saúde.

Deputado Valdir Cobalchini (Aparteante) – Cumprimenta o Deputado pelo pronunciamento, e diz que não consegue entender a questão do óleo diesel, da gasolina, comentando que Bolsonaro acertou na troca do Presidente da Petrobras, mas a política da empresa é autônoma e não sofre influência do Presidente. Demonstra preocupação e afirma que, neste momento, a autoridade do Presidente da República tem que ser exercida na plenitude. Sobre a Petrobrás, diz que precisa haver uma solução urgente para diminuir o preço dos combustíveis.

Deputado Ivan Naatz (Aparteante) - Informa que no Congresso Nacional existe um grupo de trabalho, coordenado pelo Presidente Bolsonaro, que estuda uma forma de alteração na carga tributária dos combustíveis, proposta que já está bem avançada. Cita que existe resistência dos Governadores, visto que os combustíveis representam uma grande fatia da arrecadação tributária, mas entende que os Estados precisam também fazer a sua parte, contribuindo neste momento de dificuldade do povo brasileiro. *[Taquígrafia: Northon]*

Partido: PSL

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Comenta que a esquerda costuma ser dissimulada quando se refere à questão de o PT ter retirado da pobreza os brasileiros, pois entende que isso é uma demagogia e que, na verdade, endividaram os pobres por darem muitas condições de empréstimos e até hoje ainda se encontram cheios dívidas, e cita que no Governo Dilma, no ano de 2014, explodiu o desemprego. Lembra que no início da pandemia o Presidente Bolsonaro falava que se teria problemas com a economia, e alguns diziam que a economia ficava para depois e, agora, a esquerda começa a colocar a culpa no Governo federal por causa da recessão.

Ao falar sobre o aumento da gasolina, menciona que é contra a Petrobras por entender que a empresa deveria ser privatizada. Faz citação numérica dos valores da gasolina ao sair da Petrobras, e indica que os Deputados que apoiam o Governador Moisés deveriam cobrar do governo para baixar o ICMS, pois é a maior fatia dos gastos com relação à gasolina, sendo que já foram realizadas audiências públicas, diversos pedidos, e não concorda que se coloque a culpa apenas no Governo federal, porque o mesmo está tentando baixar os impostos.

Faz exibição no telão do Plenário de imagens da Escola São Francisco de Paula Seara, Itajaí, para se reportar à gorjeta de R\$ 100 milhões que o Governador está querendo dar ao Governo federal, como se tivesse no bolso cheque para fazer tal ato. Diz que o Governador Moisés parece que não sabe onde investir e, por isso, sugere que coloque o dinheiro na citada escola, pois os alunos têm que fazer revezamento de salas de aulas devido ao descaso do Governo com uma obra que precisa ser feita com urgência, e afirma que com menos de um milhão de reais pode fazer uma boa recuperação da mencionada escola. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PL

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Registra que o dia de ontem foi extraordinário para o Governo Carlos Moisés, para a Bancada Federal e a Bancada Estadual, e diz que está feliz por ter participado desse momento ao exibir foto em que mostra algo importantíssimo para Santa Catarina, que é a fotografia de saber como pedir, saber conversar, saber dialogar, saber usar as forças políticas, o voto, a voz do Parlamento para conquistar. Fala que saber pedir é fundamental e que lá, em Brasília, é dito que Santa Catarina não sabe pedir, sendo que os Estados vizinhos, Rio Grande do Sul e Paraná, sabem pedir, pois pedem em bloco, negociam. Assim, considera que a foto representa o acordo da BR-470, mostrando que é preciso aprender a pedir, e também uma grande conquista para Blumenau.

Comenta que, quando o Governador falou que queria colocar R\$ 200 milhões nos trechos I e II, deixando os trechos III e IV de fora, alguns até vieram à tribuna do Parlamento para exigir que os referidos recursos fossem colocados nos trechos I e II, sem exigir nenhuma contrapartida para Blumenau. Também menciona a fala de alguns, na tribuna, de que o Senador estava fazendo política, que estaria atrapalhando a duplicação da BR-470. Mas o Senador Jorginho Mello disse que, na verdade, queríamos dinheiro para os trechos I e II, bem como para os trechos III e IV, os quais são trechos que compreendem Blumenau, Indaial, Pomerode, e uma região muito importante para a duplicação. Salienta que aqueles que disseram que o Senador estava atrapalhando, na data de ontem foram dormir felizes com R\$ 100 milhões no caixa para atender os lotes III e IV.

Relata que o Ministro Tarcísio de Freitas tem pleno conhecimento da situação da BR-470, e durante as quatro horas de reunião explanou detalhadamente as obras de duplicação da referida rodovia, bem como afirma que a aproximação que o Senador Jorginho Mello tem com o Ministro permitiu que houvesse avanço e, em tempo, reconhece o esforço do Governador Moisés de ter colocado os R\$ 100 milhões nos trechos III e IV, o que considera uma grande conquista para Blumenau. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) – Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.
(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0038/2021, 0155/2021 e 0361/2020.

Igualmente, comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n. 0133/2020 e 0277/2018.

Deputado Jair Miotto – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Jair Miotto.

DEPUTADO JAIR MIOTTO – Informa que o Projeto de Lei n. 0361/2020, teve o parecer contrário, e respeita a posição do Deputado Maurício Eskudlark, que fez o parecer. Cita que o projeto proíbe o ingresso de crianças em exposições de arte, espetáculos, que disponham de conteúdo impróprio para crianças e adolescentes. Quanto ao ECA, reconhece que é um instrumento fantástico, mas não tipifica exatamente, e a prova disso é que em 2017/18 o Brasil inteiro assistiu um homem nu sendo tocado por criança e exposto a nível nacional. Assim, o projeto tipifica de maneira específica, razão pela qual entrou com requerimento, tendo já as assinaturas para que se possa rever na sessão.

Deputado Maurício Eskudlark – Pede a palavra, pela ordem.

Deputado Mauro de Nadal (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK – Fala da sua admiração pelo trabalho do Deputado Jair Miotto, dizendo que a lei existe, e no caso citado pelo Deputado ela não foi aplicada. Considera que o Brasil é um País com muitas leis que não tem aplicação. Registra que a justificativa da CCJ para não aceitar foi de que a intenção do projeto é válida, mas já está consagrada no ECA e outras legislações. Ressalta que foi esse o motivo, sendo que no mérito acompanhou integralmente, e na parte técnica houve essa discordância.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 00238/2021.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 00242/2021.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 00244/2021.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0219/2021.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0006/2021, de autoria do Deputado Ricardo Alba e outro(s), que acrescenta o §14 ao art. 120 da Constituição Estadual de 1989.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0214/2021, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Criciúma.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado José Milton Scheffer.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0310/2019, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO).

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; de Agricultura e Política Rural; e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Consulta os srs. Líderes para, extrapauta, submeter à apreciação o Projeto de Lei n. 0043/2021, de autoria do Deputado Vicente Caropreso, que inclui ao Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina.

E o Projeto de Lei n. 0266/2021, de autoria do Governo do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Bom Retiro.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0043/2021, de autoria do Deputado Vicente Caropreso.

Este projeto está recebendo emenda em Plenário, desta forma retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0266/2021, de autoria do Governo do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Bom Retiro.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados Marcius Machado e Valdir Cobalchini.

O sr. Deputado Nazareno Martins também discute a matéria e, aproveitando a oportunidade, cumprimenta o Presidente Mauro de Nadal pela iniciativa da ida à Brasília para resolver a questão da BR-470.

O sr. Presidente, Deputado Mauro de Nadal, destaca que o prefeito Albino pediu prioridade da matéria na Casa, explicando a importância turística da aprovação deste projeto para o desenvolvimento dos dois municípios, Urubici e Bom Retiro.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0563/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do pagamento da Emenda Impositiva nº 948, encaminhado por este Deputado e que tem como objeto o auxílio financeiro ao Município de Paulo Lopes para reforma do Ginásio Osni Manoel do Santos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Deputado Ricardo Alba – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Ricardo Alba.

DEPUTADO RICARDO ALBA – Assim como o Deputado Nazareno Martins, parabeniza o Presidente, Deputado Mauro de Nadal que, no dia anterior, acompanhou a comitiva do Governo do Estado até Brasília, na conversa com o Ministro da Infraestrutura, pondo fim ao impasse político que atrapalhava a alocação de recursos na BR-470. Ressalta a postura de liderança do Deputado Mauro de Nadal ao tomar à dianteira e acompanhar o Governador do Estado e o Secretário Thiago, parabenizando-os, porque o povo do Vale do Itajaí tem certeza de que a duplicação da BR-470 é a pauta mais importante do Estado.

Deputado Jair Miotto – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Jair Miotto.

DEPUTADO JAIR MIOTTO – Igualmente, parabeniza o Presidente Mauro de Nadal e o Governador Moisés por este ato, e diz que hoje o maior problema da economia catarinense chama-se rodovia, de norte a sul e de leste a oeste, tanto as federais quanto as estaduais. Cumprimenta também o secretário Thiago, ressaltando que ao contribuinte não importa se o dinheiro é do Governo federal ou estadual, o que importa é resolver o problema da população, das empresas,

das indústrias, pois a situação das rodovias traz morosidade e um custo muito elevado para o Estado, sendo inacreditável a atual realidade, do tempo que se perde percorrendo as estradas. Reafirma que o Presidente Mauro deu mostras de quem está interessado em resolver a situação, não fazendo politicagem.

Deputado Fabiano da Luz – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Fabiano da Luz.

DEPUTADO FABIANO DA LUZ – Na oportunidade, parabeniza o Presidente Mauro de Nadal, a comitiva da Assembleia que foi até Brasília, assim como o Governador, pela habilidade em acordar este repasse dos recursos. Ao mesmo tempo, questiona, considerando que carece uma explicação maior, porque, até onde sabia, o Governo Federal não queria aceitar o dinheiro de Santa Catarina, e no final das contas, quando o Governo do Estado colocou um pouco mais de dinheiro, aceitou. Ou seja, não aceitava o dinheiro, mas quando veio mais, aceitou de bom grado. Entende que ficou feia a situação para o Governo Federal e mostrou, mais uma vez, um descaso com Santa Catarina.

Deputado Silvio Dreveck – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Registra que foram várias lideranças que participaram da construção, o Presidente Mauro, o Governador, os seus secretários, demais Deputados, mas destaca a atuação dos Senadores catarinenses nos bastidores, que fizeram um grande esforço junto ao Governo do Estado e ao Governo Federal. Deixa o seu reconhecimento a todos.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Agradece aos Deputados que se manifestaram, ressaltando que esteve em Brasília representando-os, porque sabe do anseio da Casa para que essas obras saiam do papel e aconteçam. Reafirma que esteve lá representando os 39 Deputados da Casa. Cita que o Governador deu a ideia de colocar mais R\$ 100 milhões, que até então não estava na mesa de negociações, uma alternativa encontrada para conseguir ajustar. Então, se conseguiu este entendimento, e espera que o mesmo tenha uma tramitação célere, assim, conclama a todos que caminhem juntos neste importante projeto para o andamento das obras. Agradece a todos pela consideração.

Deputado Ismael dos Santos – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS – Junta-se ao demais Parlamentares, ratificando o protagonismo do Presidente, representando a Casa, e parabeniza pelo êxito no desfecho, conquistando R\$ 100 milhões a mais. Diz que Santa Catarina está de parabéns, pois 40% da economia catarinense passa pela BR-470, sem falar na questão da segurança. Aproveita a oportunidade para registrar que o trecho entre Indaial até o trevo de Curitiba está intransitável, deixando um apelo ao DNIT para que olhe com carinho os outros 150km da pista simples da BR-470.

Deputado Maurício Eskudlark – Pede a palavra, pela ordem.

Deputado Mauro de Nadal (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK – Registra a importância da ida do Presidente Mauro de Nadal a Brasília, da participação do Governador e da solução encontrada junto ao DNIT, porque a situação da BR-470 é de calamidade, da 163 é pior, e precisavam de uma solução. Afirma que hoje uma empresa começou a fazer um projeto de 17 milhões em tapa-buraco na 163, considerando que seria melhor patrolar. Reafirma que foi muito importante a solução encontrada, sendo que alguns podem dizer que não seria competência do Estado. E considera um absurdo o retorno em investimentos ao Estado, que é pouco perto do que se arrecada em tributos federais.

Deputado José Milton Scheffer – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER – Corroborar os depoimentos já colocados, cumprimentando o Presidente Mauro de Nadal pelo trabalho realizado em Brasília, com a medida proposta. Cumprimenta o Governador do Estado e o Secretário da Infraestrutura, que de maneira corajosa resolveram enfrentar o problema, criado às vezes até por questões políticas. Desta forma, o Governador foi a Brasília discutir o assunto, colocando mais R\$ 100 milhões neste projeto. Ressalta que o Governador nunca se furtou, fez a sua parte, e também o Parlamento. Registra o envolvimento dos Senadores catarinenses, bem como o convencimento do Ministro da Infraestrutura, e considera a importância do tratamento igualitário a todos os Estados brasileiros.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Cita que o Senador Espiridião Amin e o Senador Dário Berger, entre outros, também foram importantes na condução dos trabalhos.

Deputado Dr. Vicente Caropreso – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Dr. Vicente Caropreso.

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO – Enaltece a iniciativa do Presidente Mauro de Nadal, bem como do Governador Moisés e do Secretário da Infraestrutura, que não mediram esforços para resolver a situação. Entretanto, diz que há uma pergunta que não cala, pois foi preciso convencer o Ministro a aceitar os R\$ 300 milhões, e declara que não consegue entender, causando uma grande estranheza, porque era uma obrigação do Governo federal investir em rodovias federais. Mais uma vez parabeniza o arrojo, o desprendimento, e a política de alto nível feita pelo Presidente da Alesc, os Senadores e o Governo do Estado. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0564/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 412/2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0565/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, cópia do projeto de pavimentação asfáltica da SC-436.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0566/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 364/2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0567/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 418/2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0568/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Administração, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 358/2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0569/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 416/2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0570/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 356/2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0571/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 447/2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0572/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 397/2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0573/2021, de autoria do Deputado Milton Hobus, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca dos procedimentos de instrução para o caso relatado na Moção nº 020/2021 da Câmara Municipal de Rio do Sul (anexo).

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0574/2021, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, solicitando ao Chefe da Casa Civil, informações acerca da manutenção da recente reforma na Serra Dona Francisca.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0656/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, aplaudindo a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Jaraguá do Sul, pelos 55 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1468/2021 e 1469/202, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1470/2021 e 1471/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 1472/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto; e 1473/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1750/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza; 1751/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1752/2021, de autoria da Deputada Dirce Heiderscheidt; 1753/2021, de autoria do Deputado João

Amin; 1754/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1755/2021, 1756/2021, 1757/2021, 1758/2021, 1759/2021, 1760/2021, 1761/2021, 1762/2021 e 1763/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafia: Cinthia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) – Faz referência a sua indicação, solicitando a transferência de imóvel em Itajaí ao município, tendo como objetivo a instalação de um centro comunitário para contemplar projetos sociais ou cooperativas de reciclagem, visto que o prédio encontra-se instalado em região repleta de catadores de material de reciclagem.

Este pedido de iniciativa do Vereador Fábio Negão, e uma indicação aprovada na Assembleia, refere-se ao imóvel do antigo presídio do matadouro, que foi desativado, e hoje está abandonado, sujeito à invasão por moradores de rua. Faz exibição de fotos, dizendo que ali já houve um incêndio, mas está em boas condições para ser usado pela Associação Comunitária do bairro e, inclusive, vai atender os trabalhadores da reciclagem. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADA ADA DE LUCA (Oradora) – Relata com tristeza a tomada, após 20 anos, da capital do Afeganistão, Cabul, pelo grupo terrorista Talibã, após os EUA retirarem suas tropas do país, dizendo que é o assunto que mais se fala no momento. Afirma que o grupo é um regime totalitário, e que atua em total desobediência aos direitos humanos.

Alerta à comunidade internacional sobre o que está acontecendo, considerando que alguma providência urgente tem que ser adotada, principalmente com relação ao respeito às mulheres e crianças, pois o povo está sofrendo e em desespero, e precisando de muita ajuda. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (Orador) – Compartilha uma reflexão sobre o momento político singular das relações entre este Parlamento e o Governo do Estado, pois ontem, em Brasília, o Governador fechou um acordo com o Ministro da Infraestrutura para a aplicação de recursos estaduais em rodovias federais do Estado. Diz que com isso o Governador demonstra uma sensibilidade para com a situação caótica das rodovias de Santa Catarina.

Destaca o trabalho em conjunto dos Senadores do Estado, juntamente com o Governador Carlos Moisés e o Presidente da Alesc, Mauro de Nadal, que buscaram convencer o Ministro dos Transportes que essas rodovias são cruciais. Acrescenta que alguns Parlamentares não apoiaram o direcionamento desse recurso, mas houve a persistência e a vontade do Governador em ver a BR-470 duplicada. Faz um apelo ao Governo Federal para que aporte pelo menos R\$1 bilhão a mais, e se conclua de vez as rodovias citadas e a BR-285, e se inicie obras na BR-282.

Menciona que o Governador tem pago as emendas de todos os Parlamentares; Santa Catarina já tem a marca de 66% da população vacinada; na Educação, acabou de ser aprovada a PEC do Magistério; também houve a implementação da nova política hospitalar em que foram investidos R\$300 milhões nos Hospitais Filantrópicos. Cita, na área social, o Programa Santa Catarina Mais Renda, favorecendo famílias em vulnerabilidade, entre outras ações.

Ressalta que hoje aparece, nas redes sociais, a interação de catarinenses dizendo que foi uma política acertada investir recursos próprios nas rodovias federais, fazendo com que o Governo Federal também aporte recursos.

Deputado Ricardo Alba (Aparteante) – Parabeniza o Deputado pela liderança no Governo, e também o Governo do Estado por colocar recurso na BR-470, são R\$300 milhões, e é importante ressaltar o apoio da Assembleia Legislativa, e frisa que nem todos os Deputados votaram favorável, muitos nem votaram, e agora se mostram como pais da criança. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) – Informa que destinou R\$100 mil ao Hospital de Anita Garibaldi para energia solar, dinheiro já depositado, e segundo o diretor do Hospital é muita burocracia e estão pedindo mais documentos. Diz ser uma emenda impositiva, foi via convênio, e as emendas da serra catarinense não foram pagas ainda, o Governo assim desestabiliza todo um sistema, porque é rompida a questão da isonomia, igualdade entre os Deputados.

Afirma que se sente desassistido, pois é o único Deputado eleito, em 18 municípios da serra catarinense, que não foi prestigiado. Questiona se estão lhe perseguindo, pois em eventos na sua terra não lhe convidam. Inclusive, fala de seu projeto sobre as certidões negativas dos hospitais que foi vetado.

Parabeniza o Governo por pagar as emendas, mas entende que precisa haver uma isonomia para todos os Deputados, dentro da razoabilidade e da proporcionalidade, mas hoje as emendas são pagas por região.

Deputado José Milton Scheffer (Aparteante)- Cumprimenta o Deputado pelo trabalho, e esclarece que, às vezes, as questões da burocracia ultrapassam a razoabilidade, mas isso não é uma prerrogativa do Deputado que é da base, ou daquele que não é, diz que é algo que tem que ser debatido, nesta Casa, a diminuição da burocracia, e que o atual Governo é o único que pagou todas as emendas. Manifesta sua vontade de juntos trabalharem na diminuição da burocracia de convênios entre Governo, hospitais filantrópicos e Apaes. [Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sara]

ATOS INTERNOS

PORTARIAS

PORTARIA N° 1553, de 30 de agosto de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde do servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc.SEA nº
763	CARLOS CASTILHO DE MATTOS	25	21/08/2021	1844/2021

Luiz Alberto Metzger Jacobus
Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000013880-8

— * * * —

PORTARIA N° 1554, de 30 de agosto de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR o servidor **BRIAN VENCESLAU MICHALSKI**, matrícula nº 6328, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerência - Centro de Memória, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ANA TERRA DEPIZZOLATTI GONÇALVES, matrícula nº 7207, que se encontra em Licença para Tratamento de Saúde, por 90 (noventa) dias, a contar de 22 de agosto de 2021 (DL- COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de função de confiança, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.

Luiz Alberto Metzger Jacobus
Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000013860-3

— * * * —

PORTARIA N° 1555, de 30 de agosto de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, **PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde do servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc.SEA nº
707	ALBERTO MAGNO PALADINI	30	30/08/2021	894/2021

Luiz Alberto Metzger Jacobus
Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000014114-0

— * * * —

PORTARIA Nº 1556, de 30 de agosto de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo SEI 21.0.000013048-3,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora efetiva, DULCINEIA MOREIRA, matrícula nº 2028, para **DULCINEIA MOREIRA CARRIÇO DE OLIVEIRA**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Registro Civil Títulos e Documentos – Cert. Cas. 8657, LV B-73, FL 101 – Cartório 1º Subdistrito - Florianópolis/SC

Luiz Alberto Metzger Jacobus
Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000013048-3

— * * * —

PORTARIA Nº 1557, de 30 de agosto de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR na DG- ESCOLA DOLEGISLATIVO – **JOICE ELIZABET DA SILVA**, matrícula nº 11169, servidora do Poder Executivo - Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, colocada à disposição na Assembleia Legislativa, a contar de 30 de agosto de 2021.

Luiz Alberto Metzger Jacobus
Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000009904-7

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 012/2020

Dispõe sobre a escolha do dia de vencimento da fatura de energia elétrica por parte do consumidor no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Ao consumidor de energia elétrica em imóveis residenciais, no Estado de Santa Catarina, fica facultada a escolha do dia de vencimento da fatura.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2021.

Deputado **MILTON HOBUS**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

— * * * —

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0331/2020

Na Redação Final do Projeto de Lei nº 0331/2020 proceda-se as seguintes alterações:

- a) entre a ementa e o art. 1º inclua-se o Capítulo I com o título “DISPOSIÇÕES GERAIS”;
- b) inclua-se no Capítulo II o título “DAS CIDADES DE INTERESSE TURÍSTICO”;
- c) no art. 2º:

Onde se lê: “§ 1º”

Leia-se: “Parágrafo único;”

- d) no último Capítulo onde se lê Capítulo III, leia-se Capítulo IV;

- e) no parágrafo único do art. 5º:

Onde se lê: “Art. 5º ”

Parágrafo único. O certificado mencionado no artigo 5º ...”

Leia-se: “Art. 5º ”

Parágrafo único. O certificado mencionado neste artigo... ”.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, de agosto de 2021.

Deputado **MILTON HOBUS**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda à Redação Final tem por objetivo adequar a Redação Final do Projeto de Lei nº 0331/2020 ao que pretendia o autor, de acordo com a solicitação às fls. 26/31 destes autos, bem como a adequação à Lei Complementar nº 589, de 2013, que “Dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e estabelece outras providências”.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 331/2020

Cria regras para definição de Municípios de interesse turístico e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A classificação “Cidade de Interesse Turístico” far-se-á por lei estadual, observadas as condições e atendidos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Lei.

CAPÍTULO II**DAS CIDADES DE INTERESSE TURÍSTICO**

Art. 2º São condições indispensáveis e cumulativas para a declaração de que trata o art. 1º desta Lei as condições abaixo:

I – ser destino turístico reconhecido por órgão público ou entidade privada, que atue na área de turismo ou discipline sobre o tema;

II – ser capaz de obter grande parte de sua receita através do turismo, podendo também, receber incentivo pecuniário específico para o estímulo do turismo;

III – possuir expressivos atrativos turísticos, locais de uso público ou privado, naturais, culturais ou artificiais relacionados a algum, ou alguns dos segmentos relacionados abaixo:

a) turismo social;

b) ecoturismo;

c) turismo cultural;

d) turismo religioso;

e) turismo de estudos e de intercâmbio;

f) turismo de esportes;

g) turismo de pesca;

h) turismo náutico;

i) turismo de aventura;

j) turismo de sol e praia;

- k) turismo de negócios e eventos;
- l) turismo rural;
- m) turismo de saúde;
- n) turismo de base comunitária;
- o) turismo de consumo;
- p) turismo gastronômico;
- q) turismo serrano;

IV – dispor de, no mínimo, um dos seguintes equipamentos e serviços turísticos: meios de hospedagem, serviços de alimentação, serviços de informação turística, com guia de turismo nos equipamentos públicos de informação, recepção e apoio turístico;

V – dispor de infraestrutura de apoio turístico, como acesso adequado aos atrativos, serviços de transporte, de comunicação, de segurança e bem como, sinalização indicativa de atrativos turísticos;

VI – criar ou ter um plano municipal de turismo e orçamento, incluído no plano plurianual.

Parágrafo único. Para efeitos do disposto neste artigo, as classificações de turismo são:

I – turismo social: é a forma de conduzir e praticar a atividade turística, promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão;

II – ecoturismo: segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações;

III – turismo cultural: compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura;

IV – turismo religioso: configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo;

V – turismo de estudos e intercâmbio: constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional;

VI – turismo de esportes: compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas;

VII – turismo de pesca: compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora;

VIII – turismo náutico: caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas com a finalidade da movimentação turística;

IX – turismo de aventura: compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo;

X – turismo de sol e praia: constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias;

XI – turismo de negócios e eventos: compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social;

XII – turismo rural: é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade;

XIII – turismo de saúde: constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos;

XIV – turismo de base comunitária;

XV – turismo de consumo: tem como objetivo promover o consumo de produtos específicos e/ou peculiares no Município ou da região, seja pela produção/fabricação ou por sua comercialização;

XVI – turismo gastronômico: tem como objetivo divulgar a cultura gastronômica local ou regional;

XVII – turismo serrano: destaca-se pelo clima típico da altitude, gastronomia de forte herança europeia e a arquitetura histórica e imperial.

CAPÍTULO III
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

Seção I

Dos Projetos de Classificação de Municípios Turísticos

Art. 3º O projeto de lei que objetive a classificação de Município como “Cidade de Interesse Turístico” deverá ser apresentado, devidamente instruído com os seguintes documentos:

I – estudo da demanda turística existente, no ano anterior à apresentação do projeto, a ser realizado pela Prefeitura ou Governo Estadual, confirmando o potencial da Cidade;

II – inventário dos atrativos turísticos do Município, de que trata o inciso II do art. 2º desta Lei com suas respectivas localizações e vias de acesso;

III – inventário dos equipamentos e serviços turísticos, elaborado por profissional de turismo.

Parágrafo único. Caberá à Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (SANTUR) elaborar o ranque das “Cidades de Interesse Turístico”, em até 6 (seis) meses após a publicação desta Lei, para adaptação das Cidades, escalonadas de acordo com o exposto nesta Lei.

Seção II

Da Revisão Anual dos Municípios Turísticos

Art. 4º A Comissão de Turismo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, elaborará o projeto de lei ordinária revisional, no caso de algum Município deixe de se enquadrar no ranque de que trata o parágrafo único do art. 3º desta Lei observados ainda, que cada critério abaixo valerá 1 (um) ponto:

I – fluxo turístico permanente e não apenas eventual;

II – manutenção dos atrativos turísticos;

III – existência de equipamentos e serviços turísticos;

IV – investimento em capacitação dos profissionais do turismo.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, as secretarias que tratem do turismo nos Municípios deverão encaminhar à Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (SANTUR) a documentação comprobatória.

§ 2º A não observância pelo Município do disposto no § 1º deste artigo implicará a revogação da lei que dispõe sobre a sua classificação de “Cidade de Interesse Turístico”, com a consequente perda da respectiva condição e dos auxílios, subvenções e demais benefícios dela decorrentes.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Para efeito desta Lei, o Poder Executivo emitirá um certificado às Cidades de título de interesse turístico com o qual será atestado o investimento da gestão em turismo onde constará ainda o número da lei e autoria de quem a criou.

Parágrafo único. O certificado mencionado neste artigo dará prioridade sobre projetos na captação de recursos públicos, seja na instância estadual ou federal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2021.

Deputado MILTON HOBUS

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

* * *

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0132.1/2021

O Projeto de Lei nº 0132.1/2021 passa a ter a seguinte redação:

“PROJETO DE LEI Nº 0132.1/2021

Altera os Anexos I e II da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para instituir a Semana Estadual de Valorização do Profissional da Saúde e modificar a data referente ao Dia Estadual do Agente Comunitário de Saúde.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Valorização do Profissional da Saúde, a ser realizada, anualmente, tendo como referência a semana que compreender o dia 12 de março, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Fica alterada a data em que é comemorado o Dia Estadual do Agente Comunitário de Saúde, transferindo-a do dia 12 de julho para o dia 12 de março.

Art. 3º Os Anexos I e II da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017, passam a vigorar, respectivamente, com a redação constante dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.”

Sala das Comissões,

João Amin

Deputado Estadual

ANEXO I

(Altera o Anexo I da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017)

‘ANEXO I

DIAS ALUSIVOS

.....
DIA	MARÇO	LEI ORIGINAL Nº
.....
12
12	Dia Estadual do Agente Comunitário de Saúde	13.326, de 2005
.....

(NR)'

ANEXO II

(Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017)

‘ANEXO II

SEMANAS ALUSIVAS

.....
SEMANA	MARÇO	LEI ORIGINAL Nº
.....
Semana que compreende o dia 12	Semana Estadual de Valorização do Profissional da Saúde	

(NR)''

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 132/2021

Altera os Anexos I e II da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para instituir a Semana Estadual de Valorização do Profissional da Saúde e modificar a data referente ao Dia Estadual do Agente Comunitário de Saúde.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Valorização do Profissional da Saúde, a ser realizada, anualmente, tendo como referência a semana que compreender o dia 12 de março, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Fica alterada a data em que é comemorado o Dia Estadual do Agente Comunitário de Saúde, transferindo-a do dia 12 de julho para o dia 12 de março.

Art. 3º Os Anexos I e II da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017, passam a vigorar, respectivamente, com a redação constante dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2021.

Deputado MILTON HOBUS

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO I

(Altera o Anexo I da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017)

“ANEXO I

DIAS ALUSIVOS

.....
DIA	MARÇO	LEI ORIGINAL Nº
.....
12
12	Dia Estadual do Agente Comunitário de Saúde	13.326, de 2005
.....

”(NR)

ANEXO II

(Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017)

“ANEXO II

SEMANAS ALUSIVAS

.....
SEMANA	MARÇO	LEI ORIGINAL Nº
.....
Semana que compreende o dia 12	Semana Estadual de Valorização do Profissional da Saúde	

* * *

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0175.1/2021

O Projeto de Lei nº 0175.1/2021 passa a ter a seguinte redação:

“PROJETO DE LEI Nº 0175.1/2021

Denomina Sala de Cinema Gilberto Gerlach a Sala de Cinema do Centro Integrado de Cultura (CIC).

Art. 1º Fica denominada Sala de Cinema Gilberto Gerlach a Sala de Cinema do Centro Integrado de Cultura (CIC), sediada no Município de Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões,

Fernando Krelling

Deputado Estadual

JustificaçãoCom amparo no art. 192, do Regimento Interno deste Poder, apresento a presente Emenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 0175.1/2021, de minha autoria, que visa denominar a Sala de Cinema Gilberto Gerlach a Sala de Cinema do Centro Integrado de Cultura (CIC), sediada no Município de Florianópolis.

A proposição acessória tem o condão de corrigir erro material no Projeto de Lei primitivo, quanto à técnica legislativa (Lei Complementar 589/2013).

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 175/2021

Denomina Sala de Cinema Gilberto Gerlach a Sala de Cinema do Centro Integrado de Cultura (CIC).

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominada Sala de Cinema Gilberto Gerlach a Sala de Cinema do Centro Integrado de Cultura (CIC), sediada no Município de Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de agosto de 2021.

Deputado MILTON HOBUS

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

— * * * —

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 206/2021

Institui a Rota Turística do Circuito Vale Europeu de Cicloturismo do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Rota Turística do Circuito Vale Europeu de Cicloturismo, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A Rota Turística do Circuito Vale Europeu de Cicloturismo passa a ser considerada área especial de interesse turístico, constituída pelos Municípios de Timbó, Pomerode, Indaial, Ascurra, Apiúna, Rodeio, Benedito Novo, Doutor Pedrinho e Rio dos Cedros.

Parágrafo único. Os Municípios criados a partir do desmembramento ou fusão daqueles relacionados no *caput* deste artigo serão considerados integrantes da Rota Turística do Circuito Vale Europeu de Cicloturismo.

Art. 3º A Rota Turística do Circuito Vale Europeu de Cicloturismo tem como objetivos:

I – estabelecer dentro de seus limites territoriais, os itinerários que farão parte do Circuito de Cicloturismo, identificando-os com sinalização;

II – mapear os serviços e os pontos turísticos existentes nos itinerários que compõem o Circuito Vale Europeu de Cicloturismo, tais como:

- a) monumentos históricos;
- b) atrativos naturais;
- c) hospedagens;
- d) locais para alimentação e hidratação;
- e) bicicletarias, paraciclos e bicicletários; e
- f) unidades de saúde;

III – definir a identidade visual utilizada;

IV – criar e divulgar por meios oficiais, os itinerários e os pontos turísticos;

V – formar e integrar consórcios para implantação, administração, manutenção e gestão dos itinerários e atividades;

VI – implantar programa de sensibilização e conscientização ao turismo, em parceria com as instituições de educação locais;

VII – implantar programa de regularização e certificação de hospedagens;

VIII – implantar programa de regulamentação e certificação para o artesanato de identificação regional;

IX – capacitar agentes e serviços voltados ao atendimento ao turista;

X – integrar os planos e programas estaduais de turismo do Estado de Santa Catarina;

XI – implantar sistema para cadastro e contagem de ciclistas que realizaram o percurso do Circuito;

XII – implementar áreas de *pit-stop* e jardins ecológicos;

XIII – incentivar a organização das comunidades locais e a geração de novas oportunidades de emprego e renda através das atividades que caracterizam a Rota;

XIV – estimular investimentos que agreguem valor e proporcionem competitividade aos produtos e serviços locais;

XV – conservar a cultura típica e as tradições regionais;

XVI – divulgar eventos oficiais e demais atrativos turísticos dos Municípios que constituem a Rota;

XVII – desenvolver *site* oficial do turismo do Vale Europeu Catarinense;

XVIII – obter registro da marca; e

XIX – estimular a divulgação nacional dos eventos e atrativos da Rota.

Art. 4º Os principais eventos e atrativos turísticos que constituem a Rota serão relacionados e incluídos no calendário oficial de eventos do Estado.

Art. 5º A Rota Turística do Circuito Vale Europeu de Cicloturismo de Santa Catarina irá compor os *sites*, publicações, mapas, guias e demais materiais promocionais relacionados ao turismo, na sua categoria.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2021.

Deputado MILTON HOBUS

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

———— * * * ————

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 217/2021

Reconhece o Município de São José do Cerrito como a Capital Catarinense das Casas Subterrâneas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecido o Município de São José do Cerrito como a Capital Catarinense das Casas Subterrâneas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2021.

Deputado MILTON HOBUS

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

———— * * * ————

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 226/2021

Institui a Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes abrangerá o trajeto que tem como ponto de partida o Município de Rio Negrinho, via BR-280 (Rodovia Governador Luiz Henrique da Silveira), passando pelos Municípios de São Bento do Sul (Rodovia Deputado Genésio Tureck, do km 44,249 em Campo Alegre até o km 59,698), Campo Alegre (pela Rodovia Imperial Estrada Serra Princesa Dona Francisca, do km 44,249 até o km 0 em Joinville, na confluência com a BR-101), Joinville (seguindo pelo prolongamento da SC-418, no perímetro urbano de Joinville ou, paralelamente, pela BR-101 - Rodovia Governador Mário Covas), Araquari (da continuação da SC-418, seguindo pela BR-280 até o Município de São Francisco do Sul) e, ainda, retornando de São Francisco do Sul (convergindo pela SC-415 - Rodovia Aci Ferreira de Oliveira), passando pelo perímetro urbano de Balneário Barra do Sul (seguindo pela Estrada Geral do Itapocu até o encontro com a BR-101 e, desse ponto, pela BR-101 Norte, até o km 57, onde se encontra, novamente, com a BR-280), e, na sequência, atravessa os perímetros urbanos dos Municípios de Guaramirim, Jaraguá do Sul e Corupá, até o ponto inicial no Município de Rio Negrinho.

Art. 2º A Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes tem como objetivo específico divulgar os eventos e pontos turísticos dos Municípios que a integram, bem como potencializar o desenvolvimento socioeconômico regional e estadual.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de agosto de 2021.

Deputado MILTON HOBUS

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

———— * * * ————